

LITERATURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA: APROXIMAÇÕES PERTINENTES
LITERATURE, HISTORY AND MEMORY: RELEVANT APPROACHES

Isaias Martins de Souza¹, Orientador: Prof^o. Dr^o. Ariovaldo Lopes Pereira²

RESUMO:

Este artigo apresenta uma abordagem analítica dos diálogos entre Literatura, História e memória, capaz de fluir por meio das mais variadas narrativas. Considerando que as interpretações dos mais variados eventos históricos podem ser gravadas, tanto por narrativas historiográficas quanto ficcionais, o objetivo desta reflexão, assim, consiste em analisar a efetivação dos diálogos entre o real e o fictício, como um dos traços mais marcantes deste gênero literário próprio do pós-modernismo – a metaficção historiográfica. Dentre as diversas escolhas teóricas, valemo-nos, fundamental e inicialmente, dos estudos de Hutcheon (1991) e White (1995), que contestam a rigidez dos limites postos entre a ficção e a História, destacando as implicações ideológicas que são inerentes a todas as narrativas. Gagnebin (2006) ajudou-nos a compreender a respeito da conservação de memória e das narrativas históricas pós-modernas.

Palavras-chave: Literatura. História. Memória. Metaficção historiográfica.

ABSTRACT:

This article presents an analytical approach of the dialogue between literature, history and memory which flows the most diverse narratives. Considering the fact that the interpretations of historical events can be recorded by both historiographical and fictional narratives, the objective of this reflection, therefore, is to examine the effectiveness of the dialogue between the real and the fictional as one of the most striking features of this genre of postmodernism. Among various theoretical options, we initially chose the studies of Hutcheon (1991) and White (1995). These authors contest the rigidity of the limits between fiction and history, highlighting the ideological implications which are inherent to all narratives. Gagnebin (2006) helped us to understand the memory conservation and postmodern historical narratives.

Keywords: Literature. History. Memory. Historiographical metafiction.

As produções literárias e históricas, não raramente, são temas de pertinazes debates que procuram discutir os limites, por vezes muito tênues, entre um campo do saber e o outro. Decidindo não adentrar as veredas da radicalidade, que procuram apresentar a ficção e a historiografia como possibilidades narrativas excludentes, quando do tratamento dos mesmos temas, pretende-se, neste artigo proceder a uma análise considerando uma perspectiva interdisciplinar.

1 Graduado em Letras pela UFG. Pós-graduado em História Cultural: *Imaginário, identidades e narrativas* pela Faculdade de História da UFG. Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias – Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias – MIELT-UEG. - isaias.msouza@hotmail.com

2 Doutor em Linguística Aplicada, área de concentração: ensino-aprendizagem de segunda língua e língua estrangeira pela UNICAMP. Docente do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias – MIELT-UEG. arylopes_br@yahoo.com

É importante destacar que a relação entre Literatura e História deve ser vista “[...] mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como formas diferentes de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real [...]” e que “[...] ambas são formas de explicar o presente, inventar o passado, imaginar o futuro” (PESAVENTO, 2003, p. 80; 81). Esta visão da pesquisadora, a qual consideramos sensata e adequada, vai na contramão de qualquer postura que considere as duas áreas antagônicas.

Embora tal interpenetração tenha sido, nas últimas décadas, ressaltada mais intensamente por estudiosos dos dois campos do saber, o crítico literário francês Antoine de Compagnon chama a atenção para a importância de se lançar um olhar sobre o passado e ver que este debate sempre apareceu, com mais ou menos ênfase na História. Ele destaca uma afirmação que fora publicada em 1862, no *Journal des Goncourt*, e que ecoa a distinção feita por Aristóteles, entre História e Literatura: “A História é um romance que foi; o romance é a História que poderia ter sido” (COMPAGNON, 2006, p. 223). Esse mesmo autor afirma que o texto histórico é uma construção narrativa, por isso pertence, também à Literatura, e assevera que “[...] a objetividade ou a transcendência da História é uma miragem, pois o historiador está engajado nos discursos através dos quais ele constrói o objeto histórico” (COMPAGNON, 2006, p. 223).

Ao debater as aproximações entre Literatura e História na América Latina, o crítico literário Alfredo Bosi (1993) afirma ser inevitável a aproximação entre a narrativa literária e a histórica, uma vez que os elementos estruturais desta são a todo momento utilizados por aquela. Ele destaca que “[...] tanto a prosa do historiador quanto a prosa do narrador têm que se valer dos signos, têm que se valer das metáforas, têm que se valer daquilo que há de mais profundo e primeiro, que é o próprio uso da linguagem. Daí, a distinção e a união” (BOSI, 1993, p. 138).

Reforçando o mesmo entendimento, Antonio Candido (2006) trata das convergências entre Literatura e História, dentre outras interdisciplinaridades. Exemplificando com a epopeia *Caramuru*, de José de Santa Rita Durão, o crítico mostra como o contexto histórico fora tratado em seu interior, com mais ou menos fidelidade, dependendo da parte da narrativa. Antonio Candido alerta que, seja a análise da obra ou do contexto ao qual ela se refere, não pode ser feita dissociadamente, mas sim buscando a fusão entre o texto e o contexto. Contra a separação entre Literatura e Sociologia, bem como entre aquela e a Antropologia ou a História, o autor afirma que

[...] hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra [...]. Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social [bem como o histórico]) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno. (CANDIDO, 2006, p. 13-14. Grifos do autor)

É oportuno destacar que posicionamento semelhante pode ser notado por parte de historiadores, como se percebe na afirmação revolucionária do teórico americano Hayden White, ao enfatizar que “[...] os historiadores se valeriam das mesmas estratégias tropológicas das narrativas usadas pelos romancistas ou poetas: metáfora, metonímia, ironia, sinédoque” (WHITE, 1992 apud PESAVENTO, 2003, p. 35).

É conveniente evocar mais alguns argumentos de White (1992), que buscam justificar quão próximas estão essas duas formas de narrar a experiência humana. Para este autor, a obra histórica apresenta cinco níveis de conceptualização que lhe conferem grande subjetividade, distanciando-a da pretensa verdade que lhe atribuem comumente, aproximando-a das narrativas literárias. Os níveis são: a crônica, a estória, o modo de elaboração de enredo, o modo de argumentação e o modo de implicação ideológico.

Para o autor, a crônica diz respeito à seleção de dados, enquanto que a estória ao arranjo destes dados selecionados. White destaca que “[...] quando um dado conjunto de eventos é posto num código de motivos, o leitor tem diante de si uma Estória”, ou seja, uma narrativa que “possui começo, meio e fim discerníveis” (WHITE, 1992, p. 21). Por esta observação inicial, é possível notar que, inevitavelmente, tanto a seleção quanto o arranjo dos dados, dar-se-á a partir da subjetividade daquele que pretende narrar. Como tal subjetividade é procedimento fundamental para a elaboração da narrativa literária, tem-se por pertinente, a aproximação que o autor promove entre os dois modos de narrar.

White continua caracterizando os cinco níveis e, após apresentar a crônica e a estória, considera o terceiro nível a partir dos modos de elaboração de um enredo, apresentados por Northrop Frye, que podem ocorrer segundo “[...] a Estória romanesca, a Tragédia, a Comédia e a Sátira” (WHITE, 1992, p. 23), fundamentalmente.

Vejam como o autor detalha este terceiro nível. White destaca que o romanesco apresenta algumas características fundamentais, como: a aptidão da figura heroica, a transcendência, a sobrepujança das virtudes sobre os vícios e a redenção. Em oposição a este modo, surge a sátira, na qual não se percebe qualquer possibilidade de redenção e o homem se mostra cativo do mundo, cheio de temor e fraco diante da figura da morte. Conforme este teórico, na sátira as “[...] esperanças, possibilidades e verdades [são observadas] ironicamente, na atmosfera gerada pela percepção da inadequação última da consciência para viver feliz no mundo ou compreendê-lo plenamente” (WHITE, 1992, p. 25).

Por fim, White apresenta os outros dois modos: a comédia e a tragédia. Eles têm em comum a viabilização da libertação do homem frente ao drama que lhe é posto. A liberdade que ocorre na comédia, observa o crítico, está pautada em um alívio provisório; o triunfo sobre o mundo é apenas momentâneo, entretanto estas situações servem para reconciliar o homem com o seu semelhante e com o mundo. Por outro lado, na tragédia, a libertação se dá pela queda do protagonista, o que promove um ensinamento, uma aquisição de conhecimento. Por esse lado, a reconciliação é sombria e, em face de o homem não poder mudar o mundo, este o sobrepõe, tornando-o um ser resignado na sua insuficiência.

A partir desta categorização, White afirma que “[...] a questão importante é que toda História, mesmo a mais ‘sincrônica’ ou ‘estrutural’, há de ser posta em enredo de alguma maneira” (WHITE, 1992, p. 23). A escolha da modalidade de narrar é eminentemente particular e conferirá nuances variadas para a apresentação dos mesmos fatos “reais”. Tem-se, logo, mais um fator de aproximação entre as narrativas históricas e literárias.

O quarto nível apresentado pelo autor diz respeito à proposta de argumentação formal feita pelo historiador. Nesta parte o pesquisador, convencionalmente, busca explicar “[...] os eventos da estória (ou a forma que imprimiu a esses eventos ao pô-los em enredo de um modo particular) através da construção de um argumento homológico-dedutivo” (WHITE, 1992, p. 26). O autor exemplifica com a lei da

relação entre a base e a superestrutura, dada por Marx. Muitos historiadores lançam mão deste recurso como argumento formal para criar narrativas sobre as relações socioeconômicas; por outro lado, há historiadores que optam por recursos que são absolutamente opostos. Nisto temos que, mais uma vez, opera a subjetividade para a escolha de algumas bases estruturais para construir a argumentação formal.

Por fim, o nível denominado como modo de implicação ideológico refere-se às implicações ideológicas inevitáveis da narrativa historiográfica, e que são traço maior de particularização da pesquisa. A postura pessoal do autor, sua posição no mundo se mesclará com os aspectos formais utilizados para narrar um determinado fato e estará, segundo White, de acordo com uma das “[...] quatro posições ideológicas básicas: anarquismo, conservadorismo, radicalismo e liberalismo” (WHITE, 1992, p. 37). Ainda que tal posicionamento seja percebido no seu discurso, de acordo com White, a forma que é dada à narrativa estará ligada a uma das marcas ideológicas mencionadas, uma vez que “[...] assim como toda ideologia é acompanhada por uma ideia específica da História e seus processos, toda ideia da História é, também, afirmo, acompanhada por implicações ideológicas especificamente determináveis” (WHITE, 1992, p. 38).

Pela consideração destes cinco níveis torna-se bastante aceitável a tese de White, de que ao mesmo tempo em que o historiador faz ciência, ele produz arte. Ainda sobre a aproximação destes dois modos de narrar, tem-se, que

[...] a História e o romance são, na visão de Hutcheon, dois gêneros que apresentam em comum alguns aspectos, tais como a seleção, a organização, a diegese, o ritmo temporal e a elaboração da trama, que interagem nos mesmos contextos sociais, culturais e ideológicos. (CARVALHO, 2000, p. 100)

Estas implicações comuns aos dois gêneros narrativos, apontadas pela autora, ajudam-nos a perceber e analisar com mais profundidade como os diálogos ocorrem nas mais diversas narrativas.

As discussões propostas pelo semiótico e crítico literário Walter Mignolo (1993), a respeito da questão “verdade na ficção” são oportunas neste momento, para cooperar com o entendimento de como se dá a aproximação entre Literatura História. A partir da consideração de que o discurso de “convenção de ficcionalidade” é a tônica no romance, o que leva a existir um discurso “ficcionalmente verdadeiro do autor” e, por outro lado, que o discurso de “convenção de veracidade” é o fundamento na narrativa historiográfica, o que faz surgir um discurso “verdadeiramente ficcional” do historiador, Mignolo aproxima estas duas formas de narrar as experiências humanas.

Mignolo ainda afirma que

[...] a questão da verdade na ficção se apresenta quando se imita um discurso cuja própria natureza implica o enquadramento na convenção de veracidade. Tal é, por exemplo, o caso da imitação do discurso antropológico ou historiográfico (MIGNOLO, 1993, p. 113. Grifos do autor).

A fim de ampliarmos a reflexão sobre esse sentido de verdade, ou “verdade”, seja numa narrativa historiográfica ou literária, convém apontar que Roger Chartier (2011) apresenta argumentos para justificar o diálogo pertinente que há entre uma narrativa e outra, destacando, assim, que a “verdade” pode nascer do entremeio desses discursos.

O autor enfatiza que na atualidade, isto é, a partir da década de 1960/70, a pesquisa histórica tem, também, por objeto, as produções ficcionais, diferença considerável em relação aos trabalhos historiográficos tradicionais. Esta consideração, das produções ficcionais, deve-se, segundo Chartier,

[...] à peculiaridade de haver uma ‘negociação’ estabelecida entre a criação estética e o mundo social. [...] A ‘negociação’ possui um duplo significado. De um lado, a obra de ficção trabalha com materiais e matrizes provenientes do mundo social, os quais ele desloca, reformula, transfere para um outro regime de discursos e práticas. De outro, a ‘negociação’ é o que torna a obra inteligível para seus leitores, ouvintes e espectadores. (CHARTIER, 2011, p. 348-349)

Ainda pensando sobre o lugar da “verdade entre a ficção e a História”, Chartier destaca que o fato de a narrativa histórica se utilizar das mesmas fórmulas narrativas que a produção ficcional, as torna mais próximas do que comumente se imagina. Por exemplo, tanto uma quanto outra “[...] compreende os fatos como causa ou consequência de outros” (CHARTIER, 2011, p. 356), isto é, organiza fatos no tempo, faz narrativas.

Esta forma de organização mais “[...] as quatro figuras do discurso [metáfora, metonímia, sinédoque e ironia] que servem de matrizes a todos os modos possíveis de narração e explicação” (CHARTIER, 2011, p. 359) conduzem a narrativa histórica ao encontro da ficcional. Além do mais, ainda considerando os estudos de White (1992), Chartier destaca que “[...] deve-se, certamente, conceder-lhe que toda ficção produz conhecimento, diz verdades sobre o mundo social” e que “[...] também o mito transmite uma verdade sobre a existência coletiva e propõe saberes úteis ao indivíduo” (CHARTIER, 2011, p. 362).

Por variados aspectos pode-se afirmar que há verdade na ficção, porém a forma de verificação é distinta do modelo histórico. E, mais adiante, neste trabalho, o romance de Miguel Jorge será analisado e interpretado, retomando, também, as reflexões aqui expostas. Assim, cremos, ficará mais nítida a aproximação aqui defendida. Vejamos mais algumas observações que nos ajudam a entender mais claramente o diálogo entre Literatura e História.

Júnia Barreto (2010), pesquisadora da obra do escritor francês Victor Hugo, a respeito do diálogo entre Literatura e História, na obra desse escritor, destaca outro aspecto que é ponto de aproximação entre o real e o ficcional, neste caso, como a biografia do ficcionista aparece na narrativa produzida. A pesquisadora afirma que na obra de Victor Hugo

[a] Literatura e o real interpenetravam-se [...] [e] o processo da escritura do texto é desencadeado a partir de algumas experiências vividas na própria realidade do autor e transpostas para a pretensa realidade da ficção, colocando o tempo e a linguagem da narrativa ao serviço desse contexto. (BARRETO, 2010, p. 36;40-41)

A propósito desta abordagem, observa Pesavento que

[...] é a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, ideias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que essa tradução sensível da realidade seja historicizada e

socializada para os homens de uma determinada época. Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos. (PESAVENTO, 2003, p. 57)

Esta comparação entre a narrativa histórica e a literária não tem por finalidade eleger uma para substituir outra. Na contramão disto, vemos como apropriada a valorização das multiplicidades narrativas sobre um mesmo objeto, uma vez que toda análise deve ultrapassar as escamas que tornam um gênero tão distinto do outro, para penetrar no âmago discursivo de cada um deles. Além do mais, não se busca, na análise, separar o que é experiência histórica do que é experiência ficcional, uma vez que esta e aquela estão amalgamadas na experiência estética. É lá, no mais recôndito, que as vozes se encontram.

Creemos que, em se tratando de interdisciplinaridade, a noção mais nítida na recuperação de memórias não ocorre pelo eco de um discurso solitário, ainda que científico, mas sim pela confluência de narrativas que apresentam o homem em sua historicidade e complexidade cultural. Sabemos que não apenas a História é capaz, ou responsável, por perscrutar essas sendas.

Ao pensar a relação entre Literatura e memória, é oportuno voltar ao, talvez, maior exemplo registrado no mundo grego, a Odisseia, de Homero. Após a longa guerra de Tróia, Ulisses, rei de Ítaca, necessita vencer inúmeros obstáculos naturais, humanos e sobrenaturais, para reaver o seu trono, ao lado de seu filho Telêmaco e de sua fiel esposa Penélope.

Contudo, o maior de todos os desafios que o herói grego tem diante de si é o esquecimento. Ulisses tem de manter viva a sua memória, a lembrança de onde veio, o que realizou e para onde deve retornar. Seu sucesso dependerá não somente de sua habilidade com a espada e de sua astúcia na guerra, mas também e, principalmente, da capacidade de guardar essas memórias. Conforme destaca a professora e pesquisadora Jeanne Marie Gagnebin, Ulisses trava, “[...] antes de tudo, uma luta para manter a memória e, portanto, para manter a palavra, as histórias, os cantos que ajudam os homens a se lembrarem do passado e, também, a não se esquecerem do futuro” (GAGNEBIN, 2006, p. 15).

As ações de Ulisses são entremeadas de autorreflexão, como se o herói elaborasse uma poética de seus atos. Ulisses narra ao dialogar com o Ciclope, narra ao rei Alcino, narra ao criador de porcos Eumeu, narra aos seus guerreiros, narra à sua ama Euricléia, narra à sua esposa Penélope... enfim, conhecemos não simplesmente os feitos de Ulisses, mas os conhecemos, principalmente, por meio de sua narrativa. Assim, a narrativa de Ulisses, ou, as várias que ele empreende durante seu regresso a Ítaca, consistem, pelo efeito que produzem, numa espécie de narrativa literária oral dentro da Odisseia de Homero.

Erich Auerbach, quando da observação sobre os recursos utilizados para conferir um pleno acabamento estético à Odisseia, destaca, entre outros, os “processos psicológicos”. Para o autor, “[...] as personagens de Homero dão a conhecer o seu interior no seu discurso; o que não dizem aos outros, falam [ou cantam, no caso de Aquiles] a si, de modo que o leitor o saiba” (AUERBACH, 2001, p. 4. Grifos nossos). Desta forma, as memórias são tecidas em teias narrativas, que são lançadas em direções duplas: para dentro de quem narra e para fora de si.

Observando o procedimento de Ulisses e evocando também outro herói homérico, Aquiles, tem-se que a memória figura como tradição narrativa, ou seja, ela se efetiva por meio da narrativa das ações realizadas. Do mesmo modo que é possível identificar na Odisseia, em abundância, o rei de Ítaca narrando seus feitos e eternizando suas memórias, para si e para os outros, igualmente o percebemos na outra obra de Homero, *Ilíada*, com Aquiles.

Ao refletir sobre “a bela morte” dos heróis gregos, Jean-Pierre Vernant destaca o episódio do canto de Aquiles, que ocorre durante uma breve pausa da longa guerra de Tróia. Segundo Vernant,

[...] a lição do episódio é clara: os feitos de Aquiles, celebrados por Homero na *Ilíada*, para existirem inteiramente aos olhos do herói que os deseja executar, devem refletir-se e prolongar-se num canto que consagre sua glória. Enquanto personagem heroica, Aquiles só tem existência para si mesmo no espelho do canto [...]. (VERNANT, 1977, p. 430. Grifos nossos)

O canto de Aquiles tem por tema os grandes feitos dos heróis do passado e que vão se tornando realidade para ele também, na medida em que peleja mais uma guerra. Assim, ele canta, igualmente, as próprias realizações, canta para não se esquecer como procede o herói que deseja a glória e canta, também, para que outros possam lembrar seus feitos.

Portanto, tanto a obra *Odisseia* quanto *Ilíada* atendem ao mesmo propósito: guardar memórias e servir como ensinamento para os gregos. O caráter didático destas obras, na formação do homem grego, preparando-o para a polis, consiste em fazê-lo lembrar, seja de figuras reais ou míticas que serviam como modelo. Lembrar de comportamentos admiráveis ou deploráveis. Eis a memória como tradição narrativa, eis a Literatura como memória. Procedimento semelhante ao dos heróis gregos, quanto a este aspecto especificamente, pode ser notado em Felipa, protagonista da narrativa que aqui se analisa. Tal exemplificação será apresentada mais adiante, no terceiro capítulo.

É importante observarmos que, mesmo na narrativa historiográfica, quando o autor recorre à sua memória, o faz atentando-se para detalhes que em outros relatos não figuraram e, ao mesmo tempo, promovendo apagamentos, parciais ou totais, de tantos outros detalhes. A história que ora se conta não é fruto de um reviver, mas sim de um refazer, logo, passível de inúmeras antíteses. Parafraseando Ecléa Bosi, pode-se dizer que não se conta duas vezes a mesma história, ou seja, não se conta da mesma maneira uma história (BOSI, 2007).

Ainda considerando a pesquisa historiográfica, no seu trabalho com a memória, para aproximá-la da produção ficcional, consideramos que o historiador é um homem do tempo presente e, logo, do futuro, em relação ao que se pesquisa, estando impregnado de história, e esta, por seu turno, influencia seu pensar, seu olhar, seu selecionar, enfim, sua narrativa:

Para este [o historiador] também se coloca a meta ideal de refazer, no discurso presente, acontecimentos pretéritos, o que, a rigor, exigiria se tirassem dos túmulos todos os que agiram ou testemunharam os fatos a serem evocados. Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos. Neste esforço exerce um papel condicionante todo o conjunto de noções presentes que,

involuntariamente, nos obriga a avaliar (logo, a alterar) o conteúdo das memórias.
(BOSI, 2007, p. 59. Grifo da autora)

A imaginação narrativa ou a subjetividade daquele que rememora, numa pesquisa historiográfica, pode ser percebida, mesmo quando se tem rigor em se ater aos documentos e indícios. De outro lado, na narrativa ficcional a imaginação torna-se um fundamento primordial para o sucesso do enredo. Daí porque não há sentido reivindicar rigor histórico na Literatura; porém, isto não quer dizer que não seja possível encontrar sentido histórico quando se trabalha memórias em um romance.

Por isso mesmo é que se buscou, aqui, trabalhos que pudessem apresentar informações teóricas, não apenas sobre os aspectos estruturantes dos discursos literário e histórico, mas também sobre o processo de recuperação de memórias. Tais observações são convenientes, uma vez que, mesmo não tendo a intenção de fazer registros historiográficos, a metaficção historiográfica de Miguel Jorge, com abundantes referências ao espaço da cidade de Goiânia e também a pessoas, no contexto de 1987, em dada medida, constrói um sentido histórico sobre um determinado contexto.

Cabe aqui uma observação, a partir dos estudos de Maurice Halbwachs (2003), sobre como se processa a recordação. Para este sociólogo francês, a recordação ocorre sempre evocando outras pessoas. Assim, temos que, o autor, quando da elaboração do romance, empreendeu um trabalho com suas lembranças, reportando-se a documentos, pessoas presentes e/ou ausentes, etc.

O que acabamos de afirmar harmoniza-se com o exemplo a seguir, dado por Maurice Halbwachs, que diz:

A primeira vez que estive em Londres, diante de Saint-Paul ou Mansion House – a residência do prefeito, no Strand ou pelos arredores do Tribunal da Justiça, muitas impressões me faziam lembrar os romances de Dickens lidos na infância: eu passeava pela cidade com Dickens. (HALBWACHS, 2003, p. 31)

Ao ver os lugares em Londres, Halbwachs tinha sua memória lançada para os romances de Dickens, lidos na infância, ocorrendo, assim, uma simbiose entre o vivenciado na ficção e na realidade. Narrativas como essa, atendem tanto aos que desejam aumentar o seu saber histórico sobre determinado contexto, quanto aos que querem fruir no uso habilidoso dos recursos literários herdados da modernidade.

A recuperação de memórias a partir dessa ótica interdisciplinar torna-se relevante, na medida em que se considera que uma narrativa literária metaficcional tem sempre como referência básica acontecimentos históricos. Os ares de historicidade na produção literária também se justificam quando se observa que o autor de uma metaficção historiográfica, por vezes, evoca, explicitamente, sua experiência pessoal para corroborar com as escolhas feitas.

Considerando a experiência no tempo, daquele que narra, Halbwachs lança algumas perguntas retóricas: “Como isso não modificaria a ideia que ela [a pessoa que lembra] tem de seu passado? Como as novas noções que ela adquire, noções sobre fatos, reflexões e ideias, não reagiriam sobre suas lembranças?” (HALBWACHS, 2003, p. 91). Por isso Ecléa Bosi, ao evocar o sociólogo francês, quanto ao caráter espontâneo da memória ser algo excepcional, chamar a atenção para o fato de que

[...] na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. [...] O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade em termos de ponto de vista. (BOSI, 2007, p. 55. Grifo da autora)

Pois bem, a narrativa que é produzida a partir desse processo de deslocamento no tempo, seja para o historiador, seja para o ficcionista, é o que cria um sentido histórico, o que não evita que, tanto uma quanto outra sejam passíveis de análise crítica e revisões. Não figuram como narrativas fechadas, mas abertas, sempre aguardando o próximo leitor que chegará como visitante, entrar, fechar a porta por alguns instantes, sair novamente e deixar a porta aberta, para que, assim, o círculo virtuoso das múltiplas releituras vá enriquecendo as narrativas.

Considerando o quão sensível é o trabalho de recuperação de memórias, pelas narrativas historiográficas, torna-se mais aceitável ainda a consideração de uma dada narrativa ficcional como instrumento importante para o registro de memórias sobre o passado. Na medida em que o autor cria uma narrativa para interpretar determinado evento e recriá-lo criticamente, confere sentido histórico ao que produz.

Com este trabalho, eminentemente interdisciplinar, almejou-se ter produzido um texto que seja digno de leitura, de acolhida sincera e não piedosa, tanto para os amantes da Literatura quanto para os apreciadores da História. Não se esperou, aqui, ter atingido resultados conclusivamente fechados, pelo contrário, que esta pesquisa possa abrir e não fechar janelas e portas investigativas sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BARRETO, J. R. de F. *Literatura e História: crime e pena capital no século 19*. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura* – v. 20, n. 3, 2010. Disponível em: <www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1546/1643>. Acesso em: 04/09/2013.
- BOSI, Debatedores: Alfredo Bosi e José Carlos Sebe Bom Meihy. In: CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, F. W. de (Org.). *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Schwarcz. Ltda, 2007.
- CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- CARVALHO, M. L. F. L. de. *Tradição e modernidade na prosa de Miguel Jorge*. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

-
- CHARTIER, R. A verdade entre a ficção e a História. In: SALOMON, M. (Org.). História, verdade e tempo. Chapecó, SC: Argos, 2011.
- COMPAGNON, A. O demônio da teoria: literatura e senso comum. Trad. Cleonice Paes e Consuelo Fortes. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- GAGNEBIN, J. M. Lembrar, Escrever, Esquecer. São Paulo: Editora 34, 2006.
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. Trad. Beatriz Sidou. 2 ed. São Paulo: Centauro Editora, 2006.
- MIGNOLO, W. Lógica das diferenças e políticas das semelhanças da literatura que parece História ou antropologia, e vice-versa. In: CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, F. W. de (Org.). Literatura e História na América Latina. São Paulo: EDUSP, 1993.
- PESAVENTO, S. J. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- VERNANT, J. P. A bela morte e o cadáver ultrajado. Revista discurso, nº 9. São Paulo, 1977.
- WHITE, H. Meta-Historia: a imaginação histórica do século XIX. Trad. José Laurêncio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.